

## CLIMA EXTREMO

# Congresso reluta subir pena de crime ambiental

Pacheco rechaça "soluções milagrosas" e Lira afirma que Lei é "rígida". Governo libera R\$ 514 milhões para combater queimadas

■ MAYARA SOUTO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu, ontem, no Palácio do Planalto, representantes dos Três Poderes para debater medidas de enfrentamento às queimadas que vêm devastando uma boa parte do território brasileiro. Uma das principais propostas do encontro era a possibilidade de deixar mais rigorosa a lei sobre crimes ambientais, tese que já foi defendida pela ministra Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, e endossada pelo Judiciário. O Legislativo, no entanto, rechaça a proposta.

O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) se manifestou contrariamente a "soluções aparentemente milagrosas". Segundo ele, é preciso impedir que se recorra ao "populismo legislativo" na busca de soluções contra as queimadas. "Quando há crises, é natural que haja voluntarismo, no âmbito do Legislativo, de busca por soluções aparentemente milagrosas, como um aumento excessivo da combinação de penas, a inclusão desse tipo de crime como crime hediondo. Temos que conter e buscar um equilíbrio na formação da lei, sob pena de descambarmos a um populismo legislativo que não solucionará o problema e vai acabar afetando a justiça penal brasileira com medidas que sejam desproporcionais", argumentou.

Pacheco, porém, não desconsiderou a revisão e aprimoramento da Lei 9.605/98, que diz respeito aos crimes cometidos contra a fauna e a flora. "Reputamos que o problema, neste instante, não é legislativo, nem uma fragilidade de combinações de penas porque tipos penais há, penas combinadas há", acrescentou.

O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), endossou a posição de Pacheco. Afirmou que a legislação contra os crimes ambientais é "a mais rígida, dura e forte que existe no mundo". "A gente tem tentado votar matérias que fortaleçam essa questão ambiental, inclusive, com muita ênfase nos últimos anos", frisou.

Na semana passada, dois projetos no Senado trataram sobre o agravamento das penalidades para quem cometer crimes ambientais. Um, de autoria do

senador Jádher Barbalho (MDB-PA), propõe classificar incêndios em áreas rurais como crime hediondo. O outro, do senador Humberto Costa (PT-PE), prevê o aumento das penas para incêndios cometidos por grupos.

## Discordância

As posições de Pacheco e Lira foram rebatidas pelos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Herman Benjamin.

"Há dois pontos fora do alcance do Judiciário, são mais do Legislativo. Temos crimes ambientais, como queimadas, desmatamento, extração ilegal de madeira, mineração ilegal. Só que têm penas muito pequenas e acabam não tendo efeito. Precisamos também criar uma vedação para a regularização fundiária de áreas que foram queimadas para ter certeza de que não foram queimadas para, depois, conseguir a regularização", propôs Barroso.

"Se os meios jurídicos que temos fossem realmente efetivos, não estaríamos enfrentando a crise na dimensão que estamos. Sabemos que tem, às vezes, mais efeito no crime quando afeta o bolso, do que pagar uma fiança de R\$ 30. Aproveitando que temos aqui os presidentes das duas Casas Legislativas, e ambos têm conhecimento profundo da matéria, é importante ressaltarmos que nos termos da legislação atual, o governo federal está operando no limbo, porque as competências do governo federal foram muito reduzidas pela Lei Suplementar 140", enfatizou Benjamin.

De acordo com o presidente do STJ, a norma de 2011 entregou a responsabilidade de combater crimes ambientais para a unidade da Federação e para o município. Segundo a lei, o governo federal ficaria responsável por conter os delitos somente nas áreas da União.

Já o ministro Rui Costa, da Casa Civil, salientou que o aumento da pena para crimes ambientais está sendo considerado pelo Executivo. "Estamos discutindo com a Advocacia-Geral da União (AGU) uma atualização da lei, porque, hoje, o incêndio normal é de três a seis anos, mas o de crime ambiental é de dois a quatro anos", comparou.

Ricardo Staudert/PIR



Representante do Inpe explica, na reunião entre os Poderes, a situação climática e a previsão para o caso de as queimadas continuarem avançando

## Lula admite despreparo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu que o país não estava preparado para enfrentar as queimadas que vive atualmente. "O dado concreto é que, hoje, no Brasil, a gente não estava 100% preparado para cuidar dessas coisas [crise climática e incêndios ambientais]. Até 90% das cidades não estão preparadas para cuidar disso. São poucos os estados os que têm preparação, que tem Defesa Civil, Bombeiro e brigadistas. Quase ninguém tem", lamentou.

Por conta desse despreparo admitido pelo presidente, o governo anunciou R\$ 514 milhões em crédito extraordinário para combater incêndios — nas últimas 48 horas, são mais de 4,1 mil casos, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Lula deve assinar uma medida provisória (MP) para abrir crédito extraordinário para os ministérios e autarquias continuarem os trabalhos de combate aos incêndios, de investigação das ações criminosas e de atendimento à população afetada. Os recursos serão aplicados na aquisição de equipamentos especializados de combate ao fogo e, também, novas viaturas e aeronaves para conter as chamas.

## Militares

As Forças Armadas também seguirão apoiando as atividades de combate aos incêndios e, também, à estiação na Amazônia legal. Na reunião, Lula sugeriu que os novos militares recebam treinamento para lidar com os focos de fogo, pois

"o Brasil não tem guerra".

Além disso, o presidente baixará uma medida pela qual abre caminho para a reestruturação, em 60 dias, da Defesa Civil, a fim de fortalecer a enfrentar eventos climáticos extremos. Há a previsão, também, de uma MP para flexibilizar as regras de contratação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dando maior agilidade à aplicação dos recursos da instituição. A norma deve ser encaminhada ao Congresso Nacional nos próximos dias.

Já o Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome vai adquirir 300 mil cestas e 7 mil toneladas de alimentos para doar às famílias mais afetadas pela estiagem e pelas queimadas na Região Norte. (MS)



Quando há crises, é natural que haja voluntarismo, no âmbito do Legislativo, de busca por soluções aparentemente milagrosas, como um aumento excessivo da combinação de penas"

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

"Se os meios jurídicos que temos fossem realmente efetivos, não estaríamos enfrentando a crise na dimensão que estamos. Tem mais efeito no crime quando afeta o bolso do que pagar fiança de R\$ 30"

Ministro Herman Benjamin, presidente do STJ

"Tem essa espécie de terrorismo climático, onde as pessoas estão usando a mudança do clima para agravar o problema. Crime que deve ter pena agravada"

Marina Silva, ministra do Meio Ambiente

## País é vítima de "terrorismo climático"

Fabio Rodrigues/Fotobom/Agência Brasil



Para Marina, punição para quem cometer crimes contra a natureza é branda

■ PEDRO JOSÉ

A ministra Marina Silva, do Meio Ambiente e da Mudança do Clima, advertiu, ontem, que o Brasil tem aproximadamente 5 milhões de quilômetros quadrados — cerca de 60% do território nacional — ameaçados de pegar fogo por ação criminosa, cenário que pode ser agravado pela maior estiagem da história recente do país. Ela observou que a situação atual é de "terrorismo climático", na qual "as pessoas estão usando a mudança do clima para agravar o problema".

"Isso é um crime contra o interesse público, contra a finança pública, que, com certeza, deve ter uma pena agravada. Estamos vivendo uma seca severa em todo o território nacional. Qualquer incêndio que está sendo feito contrário à lei caracteriza crime", enfatizou, em entrevista

ao programa *Bom dia, ministra*, transmitido pelo Canal Gov.

Para Marina, as penas para incêndios criminosos — que variam de dois a quatro anos de reclusão — são brandas e, muitas vezes, comutadas em penas alternativas. Ela criticou o relaxamento das punições, mesmo diante de crimes contra o meio ambiente, a saúde pública, o patrimônio e a economia.

Segundo a ministra, a Polícia Federal (PF) abriu 52 inquéritos para investigar as queimadas. "Com o trabalho de inteligência, a gente consegue pegar, inclusive, quem são os articuladores, os mandantes, para além daquele que você viu ateando fogo", explicou.

Ela enfatizou a importância de se cobrar a ação criminosa ao relatar um episódio em Rondônia, onde brigadistas foram "recebidos à bala" enquanto atendiam a um

pedido de socorro do povo indígena Suruí. Marina acrescentou que foi necessário recorrer à Força Nacional para proteger a equipe que combatia o incêndio.

"Os brigadistas dos indígenas também tinham sido violentamente expulsos da área de seus próprios à bala", denunciou. Marina enfatizou que o combate ao fogo deve ser uma ação conjunta entre os diferentes níveis de governo. "O fogo não é estadual, não é municipal. A determinação do presidente Lula é de trabalho conjunto. Ainda que a responsabilidade do governo federal seja sobre terras indígenas, unidades de conservação e áreas que ainda não foram destinadas, estamos trabalhando, inclusive, em áreas privadas", apontou.

"Estagiário sob a supervisão de Fabio Grechi

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

**Seção:** Política **Página:** 2